



**CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL  
DAS NAÇÕES UNIDAS  
COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA**

*Quadragésima Quinta sessão da Comissão Económica para África*

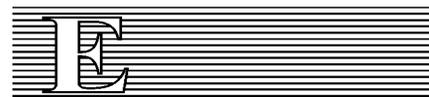
**5ª Reunião Anual Conjunta da Conferência de Ministros da  
Economia e Finanças da UA e da Conferência dos Ministros  
Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento  
Económico da CEA**

Adis Abeba, Etiópia  
26 – 27 de Março de 2012



**COMISSÃO DA UNIÃO  
AFRICANA**

*Sétima reunião da CAMEF*



Distr.: GERAL

E/ECA/CM/45/6  
AU/CAMEF/MIN/Res(VII)  
Data: 27 de Março de 2012

Original: INGLÊS

**DECLARAÇÃO MINISTERIAL**

## DECLARAÇÃO MINISTERIAL

1. Nós, Ministros Africanos de Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico, reunidos em Adis Abeba nos dias 26 e 27 de Março de 2012, por ocasião da Quinta Reunião Anual Conjunta da Conferência de Ministros da Economia e Finanças da União Africana (UA) e da Conferência de Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA).

2. Acolhemos no nosso meio pela primeira vez, a presença e participação da delegação do Sudão do Sul, o novo estado Africano. Como já tem sido de costume, acolhemos igualmente a presença e participação dos Governadores de Bancos Centrais de muitos dos nossos países E sub-regiões.

3. As nossas deliberações centram-se sobre o tema: *Materializar o Potencial da África como um Pólo de Crescimento Global*, tema esse que consideramos ser oportuno e pertinente. Passado um longo período de declínio e baixo crescimento, que abarcou as décadas de 80 e 90, é agradável notar que o nosso continente ressurgiu no século XXI, como uma região cheia de oportunidades e possibilidades. Factores tais como melhorias na governação, ambiente macroeconómico melhorado e estável, clima empresarial aprimorado, taxas elevadas de retorno sobre investimentos, recursos naturais abundantes e preços de bens de primeira necessidade mais acessíveis, urbanização crescente, uma classe média vasta, e potencialidades de mercados promissores, contribuíram no sentido de elevar a África para uma era de crescimento sustentável. De facto, a África já transitou da sua trajectória morosa recente para uma das regiões do mundo com crescimento mais acentuado, alcançado na última década, um ritmo de crescimento anual acima dos 5 por cento.

4. Registamos que a nível do continente Africano ocorrem mudanças fundamentais que revestem-se de uma potencialidade para conduzir os nossos países à transformações estruturais nacionais e, posicionar a região a tornar-se uma nova fonte de crescimento global. O dinamismo com que os nossos países individual e colectivamente exibem, contrasta a morosidade que caracteriza importantes sectores da economia mundial. Este é um momento histórico no qual trabalhando com todos os intervenientes, estamos determinados a aproveitá-lo em prol da melhoria dos nossos povos.

5. Registamos ainda que, para que a África possa manter as tendências positivas de crescimento que se têm verificado e, transformá-las em benefícios de desenvolvimento, que favoreçam todos os povos e o mundo, é essencial que os governos e outros intervenientes emprestem especial atenção aos vários desafios, que no passado serviram de impasse em relação aos nossos esforços de transformação estrutural. A abordagem desses desafios, requererá acções urgentes e determinadas em várias áreas, particularmente no fortalecimento da liderança, governação e instituições; reforçando a auto crença nos nossos povos, ideias e instituições; dando melhor tratamento a imagem pública e comunicação das probabilidades e perspectivas de

desenvolvimento da África; articulando visões e planos a longo prazo, devidamente capacitados, aos quais permanecemos fieis; introduzindo sistemas sólidos de financiamento e investimento para o desenvolvimento; modernizando a agricultura; melhorando as infra-estruturas de redes; proporcionando formação aos grupos engajados na tecnologia, inovação e desenvolvimento; promovendo de políticas de comércio coerentes e coordenadas; investimento em capital humano e físico; otimizando as oportunidades para as pequenas e médias empresas se desenvolverem; protegendo os dividendos demográficos Africanos; promovendo, diversificando e melhorando a qualidade das exportações; acelerando a integração regional; abordando a ameaça das alterações climáticas; e mobilizar os necessários recursos nacionais e externos, incluindo as remessas da diáspora.

6. Registamos a participação crescente das remessas para o desenvolvimento económico e social em África, conforme observado na decisão do Conselho Executivo da UA EX.CL/Dec.683(XX) sobre a criação de um Instituto Africano de Remessas, e exortamos a Comissão da UA a agilizar o trabalho sobre a criação do Instituto, em colaboração com os parceiros. Nesse sentido, registamos igualmente a oferta das Maurícias para sediar o Instituto e o interesse do Djibouti, Egipto e Quênia no mesmo sentido.

7. Registamos ainda que a nossa busca renovada pela transformação estrutural, estimulada pelos nossos sucessos em termos de crescimento, requererá que asseguremos a mobilização dos cidadãos em torno de uma visão comum de desenvolvimento. Tal visão necessitará entre outros aspectos, que seja complementada por um quadro institucional que permita proteger eficazmente as potencialidades do estado, do sector privado e da sociedade civil como força motriz de mudanças transformadoras e assim harmonizar as suas acções. Essa visão se beneficiará igualmente por se fazer acompanhada de mecanismos e instrumentos nacionais de planeamento, inclusivamente um intercâmbio mais efectivo dos funcionários do ramo da planificação, com vista a entre outros, edificar uma resiliente comunidade de pares que esteja devidamente equipada a partilhar os conhecimentos e boas práticas.

8. Estamos conscientes de que as tendências e os últimos acontecimentos globais são de forma directa ou indirecta refractados na economia dos países Africanos. Nesse contexto, estamos preocupados com o agravamento da crise da dívida soberana na zona euro, como uma continuidade da crise financeira e económica mundial, aumentando o risco de mais uma recessão mundial, capaz de afectar negativamente as economias Africanas. Notamos ainda que uma desaceleração significativa do crescimento nos mercados emergentes poderia de igual modo afectar as perspectivas de crescimento da África. Todavia, somos encorajados pelo facto de, em 2011 o ritmo de crescimento da África ter permanecido positivo, perante os embates e perspectivas para 2012 e além, que são relativamente risonhos. Reiteramos a necessidade dos nossos governos manterem o compromisso de procurar pela formulação de uma vasta gama de políticas e estratégias que nos possibilitem ultrapassar a crise mundial de 2007/2008, que de um modo geral ajudaram-nos a manter a nossa capacidade de recuperação. Como fundamento para

tais políticas e estratégias, salientam-se o desenvolvimento e a consolidação dos nossos mercados internos, bem como os esforços contínuos no sentido de alcançar a integração monetária e financeira.

9. Reconhecemos que para que o crescimento seja sustentável, o mesmo deve ser diversificado e inclusivo, conforme amplamente demonstrado pela transição democrática na África do Norte com repercussões noutras partes do continente. Neste sentido, a importância da criação de empregos apontada particularmente para a juventude, não deve ser demasiadamente enfatizada. A necessidade de sustentar e expandir as medidas designadas a abordar a pobreza e melhorar o bem-estar social é crucial. Acolhemos os progressos logrados pelos países Africanos com vista a concretizar os ODM, conforme enunciados nos indicadores tais como matrículas líquidas no ensino primário, imunização infantil, paridade do género e detenção da propagação do VIH/SIDA. No entanto, o desequilíbrio relativamente ao ritmo em que o progresso está ser alcançado, a persistência da fome em várias partes do continente, as constantes taxas elevadas da mortalidade materno-infantil e as iniquidades que persistem no acesso aos serviços básicos, constituem elementos centrais da agenda de desenvolvimento para além de 2015, à qual devemos voltar as nossas atenções.

10. Com vista a colmarmos as lacunas e os retardamentos no nosso progresso rumo aos ODM, reiteramos a incessante necessidade de respostas políticas sólidas dos nossos governos, que centrem sobre a diversificação económica e a transformação estrutural pela via da acelerar a redução da pobreza, criar valor acrescentado nacional e ligações intersectoriais, abordar o desemprego, garantir a segurança alimentar, acelerar o progresso rumo à redução da mortalidade materno-infantil, melhorar a igualdade do género e providenciar acesso contínuo à melhores serviços básicos às populações.

11. Aprovamos os apelos já expedidos, para a adopção de uma posição comum africana sobre uma agenda de desenvolvimento para além de 2015. Propomos que os persistentes desafios de desenvolvimento com que nos deparamos, devam constituir o cerne dos contributos do continente nos debates das Nações Unidas em torno dessa agenda. Nesta conformidade, exortamos à Comissão da UA, a CEA e o Banco Africano de Desenvolvimento, a tomarem acções coordenadas em prol do processo de identificação das preocupações prioritárias da África no que abarca a preparação de uma posição continental harmonizada.

12. Apelamos por uma vasta utilização dos dados desagregados sob a perspectiva do género, em particular os dados sobre o emprego do tempo, na análise, planificação e gestão das políticas económicas e sociais baseadas no género. Saudamos os progressos alcançados pelos países em termos de aumento da representação da mulher nos nossos parlamentos e noutras áreas política nacionais e regionais. Estamos confiantes de que esse progresso continuará a melhorar nos anos vindouros, de modo que o continente possa concretizar uma paridade completa do género, da qual os nossos governos assumiram o compromisso.

13. Saudamos a Decisão da 2ª Conferência dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais de criar o Centro Africano de Desenvolvimento da Indústria Mineira (AMDC) enquanto plataforma para implementação do Plano de Acção sobre a Visão Africana da Indústria Mineira. No mesmo sentido, ratificamos a Decisão para que o tema do 8.º Fórum sobre Desenvolvimento Africano (FDA) seja “Gerir e Aproveitar os Recursos Naturais para o Desenvolvimento da África”, pelo que a ocasião oferecerá oportunidade para estabelecer parcerias e permitirá aprofundar as reflexões sobre a implementação da Visão Africana relativa à Indústria Mineira. Registamos que políticas coerentes e efectivas sobre o desenvolvimento da indústria mineira trarão a longo prazo, entre outros benefícios, o reforço da mobilização dos recursos internos, facilitação de ligações intersectoriais equilibradas, considerável crescimento de recursos humanos qualificados, reforço do desenvolvimento de infra-estruturas e promoção do valor acrescentado a nível local.

14. Elogiamos as Comunidades Económicas Regionais (CERs) pelos seus esforços no sentido de acompanhar o ritmo do Tratado de Abuja e por trabalharem em estreita colaboração com a UA e CEA na implementação das principais iniciativas regionais de integração e desenvolvimento. Reconhecemos, portanto, que a integração regional é a chave motora para a materialização das potencialidades da África enquanto pólo de crescimento e uma força dinâmica na economia global. Por isso, continuaremos trabalhando, nos diferentes níveis, de forma a ultrapassar todos os constrangimentos com os quais o processo de integração regional em África se confronta e assim acelerar o prosseguimento da agenda de integração e possibilitar o nosso continente a tornar-se mais resistente aos choques externos. A este propósito, saudamos o Acordo Tripartido entre o Mercado Comum para a África Oriental e Austral, a Comunidade da África Oriental e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e encorajamos outras CERs a seguir este exemplo, bem como a acelerar a consecução da integração africana. Instamos também os Estados-membros a prestar toda a assistência à implementação do Plano de Acção do Programa Mínimo de Integração (PMI), adoptado pela 18.ª Conferência da União Africana.

15. Aplaudimos igualmente a Decisão histórica da Décima Oitava Conferência de acelerar a criação da Zona de Comércio Livre Continental/Pan-africana até a data indicativa de 2017 e implementar um exaustivo Plano de Acção para fortalecer, a curto, médio e longo prazo, o comércio intra-africano. Estamos convencidos que a decisão ajudará a materializar o potencial da África enquanto pólo de crescimento além de reforçar a nossa agenda de integração regional.

16. Reconhecemos que a nossa aspiração continental para emergir como pólo de crescimento global, não pode ser plenamente atingida sem investimentos adicionais em termos de capital humano especializado para a estratégia proposta de aquisição, produção e difusão de novos conhecimentos e tecnologias. Continuaremos trabalhando rumo a melhoria e expansão do ensino superior Africano em geral e formação em ciência, engenharia e tecnologia em particular, de forma a assegurar que os necessários conhecimentos estejam disponíveis para o rápido desenvolvimento económico e social da África. Estes conhecimentos também serão

indispensáveis para alimentar e expandir o design industrial e a manufactura para as quais uma cuidada gestão da política de aquisição das tecnologias nos permitirá desenvolver. Para o efeito, saudamos a recente criação da Universidade Pan-Africana (UPA) e dos seus constituintes Centros de Excelência.

17. Reconhecemos também a necessidade de promover projectos privados, internos e estrangeiros de investigação e desenvolvimento e de investimentos nas manufacturas, criar incentivos e outros mecanismos para eliminar barreiras a inovação, incluindo injusta tributação e regimes de propriedade intelectual desfavoráveis. Reconhecemos igualmente a necessidade de promover o investimento nacional para que possa desempenhar o seu papel como força-motriz do crescimento; para promover a investigação e o desenvolvimento de projectos de investimento; e tomar medidas para eliminar os obstáculos às inovações. Reconhecemos ainda a importância para África, de promover a inovação no mundo académico, indústria e governação através de incentivos, prémios para inovação e tecnologia, perfil de iminentes inovadores e empreendedores e oferecer incentivos fiscais.

18. A transformação estrutural e a assunção do papel de pólo de crescimento global requererão necessariamente que continuemos intensificando a política de reforço de capacidades públicas e institucionais em todo o continente. A este respeito, relembramos que a nossa 4.<sup>a</sup> Conferência aprovou um apelo às Nações Unidas para aumentar substancialmente a assistência financeira prestada ao Instituto Africano de Desenvolvimento Económico e Planificação (IDEP) dada a revitalização da planificação do desenvolvimento e visão a longo prazo nos nossos Países e o conseqüente aumento da procura dos serviços do IDEP.

19. Registamos com satisfação e apreço, a louvável Decisão das Nações Unidas de aumentar o orçamento afecto ao IDEP em mais de 300 por cento com efectividade a partir de Janeiro de 2012. Registamos também o aumento da assistência que os Estados-membros têm prestado ao Instituto, enquanto encorajamos os que têm contribuições em atraso para providenciar a sua liquidação com maior brevidade. Apelamos o Conselho de Administração do Instituto que integra 10 Ministérios Africanos e o Secretário Executivo da CEA, a mais estreitamente continuarem a supervisionar o louvável processo de revisão institucional e expansão em curso nos últimos anos, de forma a assegurar que permaneça rigorosamente em harmonia com as prioridades e as necessidades dos Países africanos.

Registamos que os nossos esforços acrescidos de mobilização de recursos internos estão comprometidos pelo crescente problema de transferências financeiras ilícitas. Registamos ainda que os esforços da África no sentido de reter quanto mais recursos possíveis no continente para o seu desenvolvimento e para realização do seu propósito em tornar-se pólo de crescimento no Mundo, não serão totalmente cumpridos se as transferências ilícitas não forem seriamente combatidas. A este respeito, saudamos a implementação da Resolução da 4.<sup>a</sup> Conferência dos Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico sobre a criação do Painel

de Alto Nível sobre o Fluxo Financeiro Ilícito da África, com a inauguração do Painel de Alto nível liderado pelo antigo Presidente da República da África do Sul, Sr. Thabo Mbeki. Aguardamos ansiosamente as diligências que o Painel irá empreender ao nível dos Países, de forma a criar maior consciência política e política sobre as transferências ilícitas e envolver os actores locais na procura de soluções.

20. Saudamos igualmente a próxima Conferência Africana sobre estratégias para a mobilização de recursos, a ser organizado pelo Governo da Guiné, de 5 a 6 de Setembro de 2012

21. Reiteramos a nossa convicção de que a luta contra a corrupção e as práticas corruptas permanece uma necessidade crucial para os propósitos dos nossos Países de superar o subdesenvolvimento e melhorar o bem-estar dos nossos cidadãos. Elogiamos a elaboração do Programa Regional Anticorrupção para África de cinco anos (011-2015) pela CEA e a Conselho Consultivo da UA sobre Corrupção e exortamos os dois organismos a implementar com rigor o Programa em conjunto com as instituições parceiras, com vista a intensificar a luta contra a corrupção em África.

22. As potencialidades da África como pólo de crescimento trarão sem dúvida, oportunidades para parcerias em todo o Mundo. A este propósito, os compromissos assumidos por África e pelos seus parceiros terão de ser rigorosamente monitorizados e avaliados. Saudamos a apresentação pela CEA e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico de um relatório anual de Revisão Mútua do Desempenho Económico e, reafirmamos o nosso apoio ao relatório. Encorajamos ambas instituições a intensificar esforços para disseminação do relatório junto a mais ampla rede dos actores de desenvolvimento na perspectiva de fortalecer o diálogo sobre o desenvolvimento entre a África e seus Parceiros.

23. Todos os aspectos da nossa procura para o desenvolvimento irão beneficiar-se de estatísticas melhoradas. Reiteramos a necessidade da informação estatística de qualidade em apoio ao esforço de desenvolvimento de África e da sua agenda de integração. A Carta Africana sobre Estatísticas e Estratégia para a Harmonização de Estatísticas em África, que engloba as prioridades políticas, económicas, sociais e culturais que sustentam a nossa agenda de integração, continua a ser um instrumento principal de que poderíamos continuar a cultivar para a correcção dos défices em nossos sistemas estatísticos e recursos. Louvamos o trabalho que já foi desencadeado no domínio das estatísticas sobre segurança alimentar, agricultura e vida rural, mercados de trabalho, Programa de Comparação Internacional e das Contas Nacionais. Apelamos aos Estados-membros a acelerar a ratificação da Carta.

24. Cientes das oportunidades, potencialidades e desafios que se apresentam nos esforços para garantir que o nosso continente para se torne um pólo de crescimento mundial, comprometemo-nos a:

- (a) Promover e implementar de forma holística, coordenada, as abordagens políticas integradas e mistas para ajudar a libertar um crescimento sustentável e os potenciais de desenvolvimento dos nossos países ao nível local, nacional e regional.
- (b) Reforçar a nossa liderança individual e colectiva e a capacidade de entender a evolução das oportunidades, locais e globais, por forma a acelerar o alcance da transformação de desenvolvimento;
- (c) Intensificar a implementação de várias iniciativas que são compatíveis com a nossa visão de um continente transformado, capaz de servir como um pilar de crescimento global e compromissos regionais e globais.
- (d) Promover a cooperação intra-Africana e Sul-Sul mutuamente benéfica, incluindo os programas de integração regional em curso em toda a África.
- (e) Facilitar os esforços no sentido de integrar o Plano de Acção para Impulsionar Comércio Intra-africana e o Roteiro e Arquitectura para rastreio rápido da Zona de Comércio Livre Continental, bem como várias iniciativas anexas, tais como o Programa de Integração Mínima (PIM) e o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA), nos planos nacionais, nas estratégias e dotações orçamentais e efectivamente contribuir para fazer avançar a implementação dos programas de integração e actividades.
- (f) Apoiar uma série de medidas para reforçar a participação de jovens e de mulheres em empregos assalariados e alargar o seu acesso e oportunidades no mercado de trabalho.
- (g) Contribuir para a aceleração de medidas para cortar radicalmente a mortalidade materno-infantil em África.
- (h) Suprir a lacuna no financiamento do desenvolvimento de África através de concentração de esforços na mobilização de recursos nacionais.
- (i) Desempenhar um papel robusto na definição da agenda dos ODM pós-2015 em linha com a aspiração da África de alcançar a transformação estrutural.

### **Votos de agradecimento**

25. Agradecemos ao Governo da República Federal Democrática da Etiópia por acolher esta Conferência e pelas excelentes instalações que nos foram disponibilizadas. Também agradecemos ao povo da Etiópia pela sua generosidade e hospitalidade calorosa.

26. Agradecemos igualmente à CUA e a ECA por ter organizado com êxito a Quinta Reunião Anual Conjunta da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da UA e a Conferência de ECA dos Ministros Africanos de Finanças Planificação e Desenvolvimento Económico.